



Prefeitura de Porto Alegre

ATA DA CONTINUIDADE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA N. 04/2019

CONCESSÃO DE USO PARA REFORMA, RESTAURAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO, GESTÃO E OPERAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO CENTRAL DE PORTO ALEGRE/RS

Aos 23 dias do mês de outubro de 2019, às dez horas e trinta minutos, no auditório Araújo Vianna, localizado no Parque Farroupilha, 685, Porto Alegre – RS, realizou-se a continuação da Audiência Pública n. 04/2019 referente ao projeto de CONCESSÃO DE USO PARA REFORMA, RESTAURAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO, GESTÃO E OPERAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO CENTRAL DE PORTO ALEGRE/RS nos termos do expediente administrativo nº 19.0.000112753-8, cujo aviso de continuidade foi publicado no Diário Oficial de Porto Alegre na edição do dia 18 de outubro de 2019 bem como no eletrônico https://www2.portoalegre.rs.gov.br/ppp/default.php?p_secao=1452, e conforme o Regulamento da Audiência Pública nº 04/2019, também disponibilizado no sitio eletrônico acima mencionado.

Representante do Cerimonial declara aberto o evento e realiza a chamada para a composição da Mesa Diretora, conforme item 3.1 do Regulamento, na seguinte ordem: na qualidade de Presidente da Mesa Diretora, o Secretário Municipal de Parcerias Estratégicas(SMPE), Sr. Thiago Barros Ribeiro, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico(SMDE), Eduardo Cidade, a Diretora Geral de Estruturação de Projetos da SMPE, Patrícia Soares de Oliveira, Associação de Comércio do Mercado Público Central (ASCOMPEPC) Adriana Kauer. Formada a mesa, foi dada a palavra ao Secretário Thiago Barros que, agradecendo a presença de todos, esclareceu se tratar da continuidade da audiência pública anterior realizada no dia 18 de outubro, no auditório da SMPG, bem como procedeu à leitura integral do regulamento da audiência pública. Ato contínuo, foi novamente orientado que, conforme o regulamento, o período de inscrições e apresentação de dúvidas ou contribuições orais ou escrita seria concomitante à apresentação técnica do projeto, explicando, ainda, que seriam publicadas as atas de audiência pública, tanto da primeira audiência como desta continuidade, bem como as listas de presença. Em seguida foi dada palavra ao secretário Eduardo Cidade, que manifestou apoio do projeto, ressaltando a importância do mesmo para o desenvolvimento econômico para a cidade de Porto Alegre. Após o encerramento da fala do secretário Cidade foi dada palavra a Sra. Adriana Kauer que falou sobre a importância dos permissionários, sobre a sensação de incerteza dos permissionários, mas que eles querem contribuir e ajudar de maneira a manter o Mercado da melhor forma possível e que a administração nova deve manter o mix atual do Mercado, sem a necessidade da presença de franquias, com a tradição de atendimento personalizado, com a proibição de autosserviço no Mercado, com a noção de responsabilidade social pelos trabalhadores do Mercado, fala sobre a preocupação de que as lojas sejam mantidas e não substituídas por grandes redes, respeitando a pluralidade de lojas e



Prefeitura de Porto Alegre

serviços. Ressalta também a preocupação dos permissionários em manter o Mercado vivo e que os permissionários querem apenas colaborar e estão preocupados com suas vidas, famílias e colegas. Ato contínuo, Secretário Thiago Barros agradece a manifestação da ASCOMPEC e afirma a importância deste tipo de contribuição, o que demonstra preocupação da população frente ao processo de concessão do Mercado. Em seguida foi dada a palavra à Diretora-Geral de Estruturação de Projetos da SMPE que, conforme item 3.2.2 do Regulamento, realizou a exposição técnica do Projeto de Concessão de uso para reforma, restauração, requalificação, manutenção, gestão e operação do Mercado Público Central de Porto Alegre/RS. Finalizada a exposição, encerrou-se também o período para submissão questionamentos escritos e das inscrições para manifestações ou questionamentos orais, conforme disposto no item 3.2.4 do Regulamento. Em seguida, o presidente da Mesa Diretora pede aos colaboradores da SMPE e da SMDE que tragam a lista de inscritos e as manifestações escritas. O Presidente da Mesa Diretora informa que foram recebidas 02(duas) manifestações escritas, abaixo transcritas:

Rodrigo Robson Farias: pergunta qual o motivo do abandono do Mercado Público até o momento e qual a vantagem em transformar o Mercado em shopping e também pede para se manifestar oralmente;

Rogério Stanieki: pergunta como ficará a loja dele já que a loja que mantém no Mercado vende aquários e peixes.

Em seguida, o Presidente da Mesa diretora dá início à chamada dos inscritos para manifestação oral, por ordem de inscrição:

Yiá Vera Soares: fala sobre sua preocupação com as características históricas vinculadas do Mercado e ligadas à religião, propondo que seja reservado e garantido o espaço dos povos de religião de matriz africana; fala que deve existir um conselho gestor composto por parlamentares, permissionários e sociedade civil organizados para acompanhar o processo de concessão do Mercado, quer cotas para os povos tradicionais no Mercado Público e a preservação do Bará.

Rosane Dalsasso: fala que é a favor de que o Mercado continue público, que é contra a privatização, fala que não irão permitir a concessão do Mercado proposta pelo governo Marchezan.

Vereador Mauro Zacher: diz que o que move a fala é representar a indignação do povo porto alegreense, que não vê legitimidade para que o prefeito proponha intervenção de tanta relevância na cidade. Manifesta contrariedade ao projeto e sugere que os permissionários podem administrar o Mercado.

Patrícia Cristina: fala que é municipalista, que os municipais cuidam da cidade e que desde que o prefeito entrou e que está à frente da prefeitura é um tirano. Fala como negra, mulher e indaga por que querem privatizar o Mercado, dizendo que querem fazer eugenia e retirar o pobre da cidade, que tem um assentamento no Mercado, que os povos de religião de matriz africana gastaram muito dinheiro no Mercado.



Prefeitura de Porto Alegre

Rafael Maffini: abre o discurso falando que representa a associação de Permissionários, afirma que não é manifestação contrária e nem a favor, mas que são apenas manifestações sobre o material publicado em consulta pública. Pede extensão de prazo para manifestação via formulário no site da SMPE, que o instrumento convocatório, anexos e minuta contemplem regras mínimas do regime de transição aos atuais permissionários, regime esse que se iniciaria somente após o vencimento os termos de permissão de uso. Primeiramente, pede que se assegure o prazo dos atuais permissionários e, a partir deste momento seja estabelecido o regime de transição; pede para tornar mais concreta a regra de preferência, que seja detalhado nos instrumentos convocatórios e anexos equivalentes, pedindo limitação de valor de aluguel ao longo dos 25 anos, conclui sugerindo a necessidade de formatação do perfil de lojistas que garanta preservação do modelo de mix atualmente existente.

Maria Luísa Tomasi: fala que a concessão do Mercado é comodismo do prefeito Marchezan, que faz 5(cinco) anos que o Mercado pegou fogo e só está sendo reformado porque a *família Mercado* está fazendo, se opõe a ampliação do horário de funcionamento do Mercado e finaliza ressaltando a presença dos negros na construção do Mercado, se opondo ao processo de concessão.

João Paulo Debom: diz que sua fala é a de um consumidor do Mercado Público e fornecedor das bancas, afirma que os consumidores não estão contemplados no processo de concessão. Que é fornecedor do Mercado há muitos anos e que, como representante comercial, viu as pequenas empresas se transformarem em grandes empresas, afirma que o modelo de shopping é de mau gosto e não pode ser permitido. Afirma que é partidário e que, como consumidor e fornecedor, tem que ser feito com mais vagar, agradece e diz que mercadeiro unido jamais será vencido.

André Gomes: fala que os mercadeiros são família, são familiares, que o Mercado abraça de forma lúdica e sincera os permissionários, que o governo tenta separar as famílias que já passam pouco tempo juntos, e que tem preocupação com a ampliação do horário em razão pouco tempo que os mercadeiros tem com a família.

Ruan Konig: pede pra não haver carrinhos de compra no Mercado, pois tira a essência do Mercado.

Valéria Di Lorenzo: afirma que não tem termo de permissão por desorganização da prefeitura e pede que lhe seja concedida a permissão e que, se não tiver a permissão, como fica a situação dela se paga o contribui com as despesas do Mercado.

Valdir Santos: pede a participação dos permissionários na elaboração do novo regulamento do Mercado, devendo ser imposta à concessionária a obrigação de convidar os permissionários para a laboração do regulamento de Mercado;

Rafael Passos: reclama da escolha do local e do horário da audiência pública, entendendo que não permite a participação dos trabalhadores, fala como representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seccional RS, fala que o centro não está morto, que o IAB/RS realizou um evento no centro da cidade e que contribuiu com o comércio do Mercado, ressalta que patrimônio não é somente a parte material, mas



Prefeitura de Porto Alegre

também o caráter simbólico do Mercado, diz que o edital é dirigido e exclui participantes e que não está sendo privatizado, mas sim leilado, pede que seja cancelada a concessão e entregue por inexigibilidade aos Permissionários;

Deputado Raul Pont: diz que está como cidadão, como usuário e como ex-prefeito, que em 1993 viveu a reforma e restauração do Mercado, que garantiu a reforma e a restauração do 2º piso que só foi possível em razão da participação dos permissionários e que, durante todo o período da obra o Mercado não fechou graças a colaboração entre município e permissionários, entende que foi um equívoco do município em retirar a gestão compartilhada do Mercado com os permissionários e que se houve erros, o município pode corrigi-los e que o projeto de concessão é apenas uma intermediação, não existe possibilidade de aceitar uma outorga que se realize em 300 meses, indagando qual a melhoria será implementada em 300 meses. Afirma que somente a associação tem capacidade para gerir o Mercado e quem o povo deve ser ouvido sobre o mix de lojas. Afirma que a associação é o ente capaz de administrar o Mercado Público. Finaliza afirmando que com o dinheiro disponível no governo federal e com os recursos da prefeitura o segundo pavimento só não está aberto em razão da *absoluta incompetência* do governo.

Júlio Cesar de Quadros: informa que participa da gestão comunitária do centro de Porto Alegre e é membro do orçamento participativo de Porto Alegre. Informa que tem duas relações com o Mercado: a primeira é que montou uma empresa de alimentação com a companheira quando ambos estavam desempregados e que compravam as embalagens plásticas da empresa no Mercado porque tinha produtos de boa qualidade e bons preços e acha que se mudar a lógica não terão mais bons preços e bons serviços. A segunda razão é por que mexer no maior patrimônio da cidade de Porto Alegre, que não é a Redenção, não é o Gasômetro e sim o Mercado Público, que tem 150 anos de fundação. Afirma que o Mercado é daquele jeito porque é humano e a prefeitura quer desumanizar o Mercado, o que é um crime, que se adotar uma lógica diferente não vai funcionar. Avisa que o gaúcho não vai aceitar ideias que façam mal para as famílias do Mercado.

Rafael Guimarães: reitera que a audiência poderia ter sido feita em outro horário, que está lá como consumidor e cidadão, que escreveu um livro em homenagem ao Mercado, narra acontecimento ocorrido no Mercado no século XIX, que entre as pessoas que iam ao Mercado naquela época existiam as pretas-minas, escravas de ganho, semi-libertas que trabalhavam e que tinham que dividir a fêria do dia com seus 'meio-donos' e que a prefeitura naquela época resolveu cobrar aluguel das pessoas que tinham bancas e lojas no Mercado e que essas escravas foram excluídas porque não conseguiam pagar o aluguel e também não podiam reagir e que esse processo de exclusão muito grande naquela época e que isso irá se repetir se a concessão acontecer; fala que na visão dele sobre o segundo andar, a presidenta Dilma ofereceu os recursos mas não foram utilizados e que nesta gestão a precarização do Mercado é proposital para forçar a concessão; afirma que o estado é um bom gestor e que a



Prefeitura de Porto Alegre

parceria com os permissionários deve ser retomada e o dinheiro do FUNMERCADO deve ser devolvido para Os permissionários.

Paulo Gottert: pergunta qual a garantia e qual será a participação dos permissionários na gestão do condomínio, para controle das despesas de condomínio; pergunta como ficará a questão do marketing, premiações de final de ano que podem ser incluídas nas despesas do Mercado.

Pai Tiago do Bará - ASIDRAB: afirma que há desconhecimento do poder público sobre o Mercado; que o poder público desconhece as 20mil casas de religião em Porto Alegre; que o poder público faz reuniões escondidas com pessoas que não representam o Bará, que nenhum dos sacerdotes foram ouvidos, afirma que o povo de matriz africana movimentava em milhões de reais no Mercado; não permitirão episódios de intolerância religiosa no Mercado, afirma que querem explicações sobre reuniões escondidas; que existe uma cláusula que veda realização de manifestações religiosas no Mercado;

Adeli Sell: afirma que é radicalmente contra e pergunta o que ganhará o povo de Porto Alegre e os mercadeiros com a concessão e por que não foram utilizados os recursos do Iphan que estão disponíveis para uso no Mercado; pergunta se os recursos de 13 milhões serão ressarcidos para o FUNMERCADO, pergunta o que acontecerá com o FUNMERCADO, pergunta quando os recursos do FUNMERCADO que foram para a conta única serão ressarcidos, pergunta se os recursos do FUNMERCADO não utilizados serão devolvidos para os permissionários, afirma que tem mecanismos na lei para coibir a concessão, pergunta por que razão não se faz um convênio, pergunta por que o Café do Lago está há tanto tempo abandonado, pergunta porque o café da praça Otávio Rocha, o café do Cine Capitólio e o Café do Centro Municipal de Cultura estão há mais de ano sem receber recursos. Afirma que os órgãos de controle tem capacidade para fiscalizar a concessão, afirma que tem milhares de abaixo-assinados e entregará ao Prefeito; afirma que o projeto não passará e que tem os meios legais e que os gestores responderão cível e criminalmente pelos crimes que cometem;

Matheus Machado de Almeida: afirma que o Mercado tem 150 anos e que foi construído por escravos, que o Bará é tão antigo quanto o Mercado; afirma que há racismo religioso e intolerância nas cláusulas da minuta de contrato, pergunta por que não pode usar os trajes que representam suas crenças; diz que há intolerância e que foi o Bará que protegeu o Mercado dos incêndios e das enchentes.

Deputada Sofia Cavedon: afirma que está feliz com a audiência, afirma que o prefeito nunca foi ao Mercado, que não é contra as pessoas de fora de Porto Alegre, mas que essas pessoas têm que aprender com os porto-alegrenses, que o edital entrega para iniciativa privada um patrimônio público, que deve ser feito o inventário e o tombamento do patrimônio imaterial do Mercado Público, que este tombamento consiste nos usos, costumes, no modo de viver, na ambiência, no tipo de cultura alimentar, cultura e arte, que o Mercado é lugar de manifestações políticas, públicas e culturais, que somente após essa inventário é que poderia ser concedido, que os mercadeiros são parte desse patrimônio imaterial que, antes de qualquer edital, os



Prefeitura de Porto Alegre

permissionários devem ter o direito de permanecer no Mercado por mais 25 anos, que os primeiro que tem que ser convidados a fazerem parceria são os representantes da Associação, que o prefeito não sabe que no Mercado tem a sala do orçamento participativo, que tem a Feira do vinil e outras diversas feiras gratuitas realizadas no Mercado e que não podem ser cobrados, que devem ser legalizados o uso dos espaços gratuitamente, que não irão aceitar regras excludentes dentro do Mercado Público, que é contra a privatização;

Devlyn de Oxum: indaga o qual a razão de ter sido realizada reunião com apenas 01(um) representante dos povos de religião de matriz africana, pede esclarecimentos sobre os recursos do FUNMERCADO, diz que há desrespeito com povo tradicional de matriz africana, que o Mercado foi levantado por mãos negras, que sofrem atos de intolerância no Mercado Publico, por que o povo de matriz africana não foi ouvido, pergunta se a cláusula que veda a manifestação religiosa será alterada, que não pode ser proibido o culto ao orixá que protege o Mercado;

Vereador Márcio Bins Ely: afirma que pela primeira vez uma audiência pública não tem inscritos para defender o projeto, pede que seja revista a intenção de conceder o Mercado, pois não há quem seja a favor; que o Mercado será entregue a iniciativa privada para que seja descaracterizado, se diz contra a realização da concessão;

Abgail Pereira: diz que representa o mandato do Senador Paim, que este já se manifestou no Plenário do Senado contra a concessão, manifestando preocupação com o projeto da concessão, que a mandala com 7 chaves no centro do Mercado representa as encruzilhadas que o povo de Porto Alegre enfrentou e que sempre soube escolher o caminho correto, pergunta qual a relevância da audiência pública dada a ampla mobilização dos presentes contra o projeto, afirma que Porto Alegre é a capital da democracia, que não quer que vire o Chile, que foi secretária de estado do Turismo no Governo Tarso, que sabe a importância do patrimônio cultural, histórico, religioso e que não vai aceitar que o Mercado seja entregue a iniciativa privada, que irão coletar assinaturas em abaixo-assinado contra o projeto, diz que o Mercado é público e que assim continuará;

Carolina Rosa Káder: pergunta como ficará a sala de cursos que existe no Mercado, como ficará o mix de atividades e se haverá a manutenção dos cursos que existem com a nova gestão do Mercado;

Tatá Edson: diz que o IPHAN deve fazer o tombamento do Mercado, para que haja preservação do patrimônio cultural, que seja materializado na Câmara o registro do patrimônio imaterial, que a Câmara faça o gravame da presença da memória cultural do Mercado, pede que antes da concessão seja feito o gravame e a solidez da presença dos povos de matriz africana no prédio do Mercado, que deve ser debatido a presença de mão de obra escrava e dos povos de matriz africana no Mercado e na Redenção, que antes do início da concessão deve ser levada em consideração o processo da imaterialidade;



Prefeitura de Porto Alegre

Ricardo Soares de Oxalá - ASIDRAB: pede mudança na cláusula que veda manifestação religiosa no Mercado, cita preconceito no Mercado, pergunta porque não ainda não foi alterada a cláusula que veda manifestação cultural, pergunta o que irá acontecer com os permissionários com a concessão do Mercado, que está elaborando projeto de lei contra a concessão;

Rodrigo Robson Farias: pergunta quanto anos os gestores têm de experiência no serviço público, diz que o Mercado tem 150 anos, que tem dois chefes que tem muito tempo de Mercado e que os pais dos seus chefes construíram e deixaram para eles o Mercado, que correm o risco de os mercadeiros demitirem os funcionários, que os gestores tem que ser mais humanos, que não acha justo o processo de concessão e que está há 3 meses no Mercado;

Ouvidas todas as manifestações orais, o Presidente da Mesa Diretora, Secretário Thiago Barros, finalizou a participação dos inscritos e disse que como foi aberta exceção a Deputada Sofia Cavedon na 1ª etapa da audiência, nesta também seria oportunizada a palavra ao deputado Sebastião Melo, pedindo que fosse respeitado o prazo concedido aos demais inscritos;

Deputado Sebastião Melo: agradece a oportunidade e parabeniza pela realização da 2ª etapa da audiência, que o Mercado passou por um incêndio, que na gestão dele foram aplicados R\$15milhões, diz que é favorável às parcerias, que neste caso as parcerias devem ser feitas com os Permissionários, que deveriam ser esgotadas as possibilidades de parcerias com os Mercadeiros, que os permissionários já vem investindo em várias obras do Mercado Público, que não concorda que a gestão continue com a prefeitura já que a ela não tem agilidade na gestão, que os permissionários tem melhores condições para assumir a administração do Mercado; que deve ser discutido com os permissionários o orçamento, que deve haver conversa com o Governo Federal já que havia o compromisso de aportar R\$20milhões de reais, que já foram aportados R\$10milhões de reais, diz que com diálogo o Mercado poderá ser mais qualificado e será sempre o símbolo da cidade, que é possível abrir o Mercado aos finais de semana seja através de rodízio ou de outra forma de abrir, que o Mercado poderá ser mais acessível com a participação de todos.

Em seguida, verificando não haver mais assuntos a serem tratados, o Presidente da Mesa Diretora, conforme previsto no item 3.2.8 do regulamento, explica que em razão do tempo não será possível responder a todas as perguntas, mas que todas serão respondidas antes do lançamento do edital, e que irá fazer esclarecimentos gerais. Fala que o Mercado não será derrubado, que a direção do Mercado continuará sob domínio da Prefeitura, que não há previsão de privatização do Mercado, que as estruturas do Mercado não podem ser alteradas, pois o equipamento é tombado, que essa premissa não será desrespeitada, que em relação a agenda, diz que é pública e que o pai Thiago tem agenda marcada para a semana seguinte, que o vereador Adeli Sell já foi recebido e que todos que se propõem a realizar reuniões serão recebidos e ouvidos. Informa que o



Prefeitura de Porto Alegre

grupo que foi mais recebido e ouvido foi a Associação de Permissionários, esclarecendo os pontos, que foram esclarecidos pontos de que os permissionários não serão expulsos, que o contrato não tem essa previsão, que os investidores ouvidos manifestaram interesse em manter os permissionários. Que os permissionários não permitiram a perda da essência do Mercado, destaca que não há impedimento para que os permissionários participem da concessão, que podem formar consórcios para participar da concessão, que isso vale para qualquer concessão, inclusive a do Mercado, que os permissionários devem ser elo e que podem participar através de uma Sociedade de Propósito Específico, que a Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas permanece aberta ao diálogo, que a cláusula que veda as manifestações culturais e religiosas será modificada para ampliar o entendimento de modo que as manifestações, cultos e ritos sejam respeitados, que essa modificação só pode ser feita após o encerramento do período de consulta pública, que todas as alterações provenientes da consulta serão realizadas após o encerramento do período da consulta, bem como as respostas às perguntas serão apresentadas justificando o porque da utilização ou da não utilização das contribuições e perguntas, que o modelo de concessão do Mercado é diferente do modelo de concessão normal porque o Mercado lida com vidas, que é por isso que esta sendo feita a audiência pública, que há mais de 1 mês está aberta a consulta pública, que por isso todos foram recebidos na SMPE, que há sim a preocupação com tudo o que foi construído no Mercado desde o Século 19 até hoje. Agradecendo a presença de todos, declarou encerrada a audiência pública. XXXXXXXXX

THIAGO BARROS RIBEIRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS